



Em defesa do ensino público, gratuito, laico, vinculado à produção social, para todos, em todos os níveis e sob o controle dos estudantes e trabalhadores!

POLÍTICA OPERÁRIA

Aumento do abandono escolar expressa a barbárie capitalista

É urgente a convocação das assembleias presenciais, para que os trabalhadores e a juventude possam resistir aos ataques da burguesia e seus governos! Os sindicatos devem erguer a luta em defesa dos empregos, salários e direitos!

Dados recentes do IBGE apontam que quase 5 milhões de estudantes brasileiros, do ensino fundamental e médio, não realizaram as atividades escolares durante a pandemia. O Ensino à Distância (EaD) se mostrou completamente falido. Cresceram a miséria e a fome e sabe-se que, em condições sociais tão adversas, não há como os jovens aprenderem. Muitos tiveram de abandonar a escola para trabalhar e, assim, ajudar no sustento da família.

Na rede estadual de SP, que conta com 3,5 milhões de estudantes, estima-se que cerca de 500 mil não devolveram qualquer atividade. Está aí uma enorme parcela, principalmente do Médio, que provavelmente não retornará à escola no ano que vem. Essa quantidade imensa de estudantes poderá engrossar a bárbara estatística dos chamados “nem nem”, que são os jovens de 15 a 29 anos que não estudam, nem trabalham, que já somavam 22,1% (dados de 2019, divulgados pelo IBGE). Isso, porque a crise econômica certamente continuará e o desemprego entre os jovens seguirá nas alturas.

Entre os professores, essa realidade resultará em aumento do desemprego, especialmente entre os trabalhadores precarizados, que não contam com a estabilidade (principalmente os Categoria O). Muitos outros ficarão

submetidos ao subemprego, com péssimas condições de trabalho, tendo de completar a jornada em várias escolas. O abandono escolar será convertido pelo governo em fechamento de salas e turnos. A EJA com certeza sofrerá um grande impacto. O governo vem aumentando a pressão e efetivamente está expandindo as escolas do PEI.

Trata-se de um processo que já está em curso. As atribuições do final deste ano demonstraram suficientemente o quão brutal é o ataque. A atribuição dos Categoria O em janeiro confirmará o quadro de aumento do desemprego. Não há motivo, então, para a direção da Apeoesp continuar no imobilismo. As festas de fim de ano não justificam a ausência de resposta, a categoria não tem o que comemorar.

A Corrente Proletária na Educação defende que as direções sindicais e do movimento estudantil convoquem imediatamente as assembleias presenciais e organizem a luta nas ruas, pois só assim será possível resistir aos ataques da burguesia e seus governos. Nada de esperar! Os trabalhadores devem confiar unicamente em suas próprias forças! Nenhuma confiança nas medidas judiciais, na pressão parlamentar e ações virtuais, que são completamente inúteis!

Doria corta verbas da Pesquisa Científica, da Saúde e Segurança

No dia 16/12, foi votado na Assembleia Legislativa de SP (Alesp) o PL 627/2020, projeto que estima o orçamento do estado para o ano seguinte. A aprovação se deu por 42 votos contra 31. Agora, o texto vai à Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento. O passo final é a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), no plenário da Alesp.

O texto aprovado impõe o corte de verbas em três grandes setores: Ciência e Cultura – FAPESP (corte de R\$ 454 milhões), Saúde (corte de R\$ 600 milhões) e Segurança (corte de R\$ 574 milhões). O único setor beneficiado, com alta de 70%, foi o de propagandas do governo (Secretaria Especial de Comunicação). Vale lembrar que Doria/PSDB é cogitado para disputar a presidência do país, em 2022, tor-

nando conveniente um reforço na sua publicidade, utilizando a máquina estatal.

No caso da FAPESP, o governador havia prometido não aplicar a Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios (DREM) e acabou não honrando a palavra. Cobrado nesse sentido, afirmou que repará os recursos através de decretos e outras manobras legais. Os representantes do setor de pesquisas afirmam que a não vinculação, através da Lei Orçamentária, servirá ao governador para pressionar por contrapartidas, condicionando a complementação das verbas a um alinhamento político.

O corte na Ciência/Cultura desfaz definitivamente a hipocrisia do Doria, que volta e meia discursa tentando se diferenciar do obscurantista Bolsonaro. Para além disso, o

governador mente descaradamente, dizendo que não tem verbas, por conta da pandemia e da redução de arrecadação. Para a propaganda e para a burguesia, de maneira geral, nunca falta dinheiro! Enquanto isso, mantém os míseros salários do funcionalismo, congelados há mais de dez anos, sobretaxa o décimo terceiro dos aposentados etc.

Doria tem o terreno aberto para continuar atacando o funcionalismo. Isso, porque não encontra resistência coletiva e organizada por parte dos trabalhadores. As direções sindicais, ligadas ao PT, PCdoB e PSOL, continuam paralisadas, subordinadas à política burguesa do isolamento social. Seguem alimentando falsas ilusões na possibilidade de reverter os ataques pelo caminho da pressão parlamentar, com os remendos aos PLs. Prosseguem com as ações virtuais, com as medidas judiciais e outras vias completamente inócuas, que só têm levado os trabalhadores a derrotas.

Enquanto insistirem nessa tática, que mantém os assalariados impotentes, o governo avançará e imporá mais perdas ao funcionalismo.

É possível reverter esses ataques, desde que as direções sindicais, estudantis, e demais movimentos sociais convoquem as assembleias presenciais e desenvolvam uma campanha em defesa das reivindicações mais sentidas dos oprimidos.

A Corrente Proletária na Educação defende que as direções sindicais rompam com a política de colaboração de classe, que contribui com a implantação das contrarreformas. Os sindicatos e centrais precisam organizar um grande movimento nas ruas em defesa do emprego, salário, direitos, saúde e contra as reformas privatistas. Não tem como combater a política burguesa, senão com o método da ação direta!

▶ ATPCs são usados para impedir o acúmulo dos professores

Nos últimos anos, muitos professores têm sido induzidos ao extremo de pedir exoneração do cargo, por conta dos comunicados da CGRH, impondo ATPCs em horários que dificultam a realização da jornada do professor, gerando problemas na hora de compatibilizar o acúmulo de cargos. Para 2021, há denúncias de que professores PEB I serão obrigados a realizar pelo menos duas ATPCs consecutivas, num único dia. Mesmo que a escola ofereça as ATPCs em dias alternados, o professor ficará limitado a um único dia e somente no período diurno.

Essa medida é autoritária e tem sido encarnada por alguns diretores reacionários que tem exigido “dedicação exclusiva” dos professores em geral. Uma parcela da classe que acumula e se vê isolada na escola acaba até pedindo exoneração. Outra, tem enfrentado o autoritarismo com a luta sindical, porque não aceita essa imposição, que tem gerado mais desemprego, ampliado o fechamento do período noturno e expulsado centenas de alunos.

Chegou o momento de todos os professores PEB I,

em unidade com o conjunto da categoria, lutarem contra essa medida, que aprofunda a escravidão da classe, pois Doria/PSDB exige “dedicação exclusiva” sem dar condições de trabalho e salário. É necessário combater o desemprego e valorizar nossa força de trabalho, para garantir a saúde física e mental dos educadores. A defesa da escola pública depende da sobrevivência dos trabalhadores em educação.

Por isso a Corrente Proletária defende: contra o desemprego, escala móvel das horas de trabalho; divisão das horas de trabalho, para que todos possam trabalhar; nenhuma escola/sala/turno fechados; nada de salas superlotadas; estabilidade a todos; que o educador receba, pelo menos, um salário mínimo vital, que sustente a ele e sua família, e que seja corrigido automaticamente pela inflação (escala móvel de salários); controle da educação nas mãos de quem estuda e trabalha; abaixo as reformas privatistas dos governos capitalistas. ■

Funcionários convivem com a precariedade das escolas e a miserabilidade dos salários

Que a AFUSE convoque as reuniões de representantes, o Conselho Estadual e a Assembleia geral!

Os funcionários de escola continuaram trabalhando, mesmo com a pandemia. Os problemas se avolumaram. Sem reajuste salarial e com eliminação de direitos, as condições de existência vão de mal a pior. Ainda estão tendo de enfrentar o avanço da pandemia.

Não são poucos os casos de funcionários contaminados. Mesmo diante dessa situação, a direção do sindicato, uma burocracia vinculada ao PT, se recusa a convocar reuniões e assembleias presenciais. Acatou a política burguesa do isolamento social e se fechou em uma redoma. Só se comunica de forma virtual. Essa política da burocracia sindical acabou deixando os funcionários à mercê das im-

posições de Doria, e de seus porta-vozes nas diretorias de ensino e escolas. Isoladamente, não tem como os funcionários defenderem suas condições de existência, que inclui a saúde pública.

A Corrente Proletária exige da direção da Afuse a convocação imediata das reuniões de Representantes das Unidades e do Conselho Estadual para deliberar a convocação urgente de uma ASSEMBLEIA GERAL presencial, para reivindicarmos condições de segurança sanitária, reajuste salarial e aumento real de salário, usando o método da ação direta, que são as manifestações de rua, a greve etc.